

As consequências emocionais do indivíduo ante a ruína política na pandemia do coronavírus

Redação

A falta de um semblante de presidente deixa a população em confronto direto com a pandemia, sem filtro ou proteção, a mercê do adoecimento e da miséria

Renata Wirthmann

Especial para o Jornal Opção

A população brasileira está cada dia mais adoecida, física e emocionalmente. A pandemia se mostrou devastadora em todo o mundo, mas tem ganhado marcas ainda mais desafiadoras em alguns países, dentre eles, o Brasil. Temos nos dividido entre dois desafios gigantescos e igualmente letais: o vírus e a política.

Do ponto de vista psicanalítico, podemos considerar a pandemia como o atravessamento do Real. O Real lacaniano é sem lei e, portanto, imprevisível, não simbolizável e não organizado cronologicamente. A pandemia, como Real que atravessa o sujeito, passa a determinar e imprimir sua marca sobre o tempo, as rotinas, obrigações e desejos do sujeito. Tudo fica em suspenso devido ao atravessamento da pandemia: nossos calendários acadêmicos, retorno das atividades econômicas, orçamento público, planejamentos de viagens etc. O resultado dessa suspensão, que acontece a despeito da vontade do sujeito e que dá a este a dimensão desconhecida e incalculável da pandemia, o leva a uma experiência de angústia, de sensação de morte do corpo.



Homens sem rosto

Desde Freud, relido por Lacan, a linguagem ficou instaurada como parte constitutiva do sujeito, ou

seja, não somos apenas um corpo orgânico, mas um corpo falante, pedaço de carne e língua. Para nomear esse acontecimento, Lacan inventou o termo falasser, numa combinação entre falar e ser (existência). Com Freud descobrimos o quanto a fala é imprescindível para conter a angústia, o desamparo e até o horror mais radical, não, necessariamente, pela clareza da comunicação, mas, ao menos, pela simples tentativa de dizer. Isso é docemente exemplificado por Freud na conferência A Angústia, de 1917: “certa vez ouvi uma criança, angustiada com a escuridão, gritar para o quarto ao lado: ‘Tia, fale comigo, estou com medo’. ‘Mas de que adianta eu falar, se você não pode me ver?’ E a criança respondeu: ‘Quando alguém fala, fica mais claro’”.

O falasser tem como funcionamento buscar uma razão para tudo o que acontece consigo. Nunca a encontra completamente, mas insiste em procurar. Essa tentativa, sempre fracassada mas contínua, de falar o impossível, é um esforço do real de não cessar de não se escrever. O que significa isso? que é impossível uma escrita ou uma representação que consiga apreender acontecimentos como a morte ou a pandemia da Covid-19 e, justamente por isso, nunca se para de tentar se escrever, sem nunca chegar a uma escrita que seja suficiente (ao menos até que se tenha a vacina). Se não é suficiente, se tal escrita sempre fracassa, por que o sujeito insiste em não escrever? Bem, Lacan, em seu Seminário XIX, nos explica que “o discurso analítico é a conta certa para nos lembrar que o acesso ao Real é o simbólico. Não acessamos o referido real senão no, e através do, impossível que somente o simbólico define”

Esse acesso pelo simbólico, podemos chamá-lo de semblante. Nós precisamos dos semblantes para suportar lidar com os impasses da civilização, sobretudo com os mais radicais, que nos causam angústia e desamparo, como a pandemia da COVID-19. O semblante é, portanto, algo entre o ser e a aparência, como no antigo ditado do ano 63: “À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”, pois ser honesta é algo que apenas a mulher de César poderia saber ou acessar, mas parecer honesta é algo que se encena para ser assistido por todos, mais especificamente, parecer honesta é algo que se faz em resposta às exigências do Outro, da Lei ou da civilização. O semblante, portanto, sempre contorna o vazio com o objetivo de fazer o sujeito acreditar na existência de algo que não há, de tal modo que o semblante se torna mais importante que a coisa contornada ou, ainda, para a mulher de César, parecer honesta é mais importante do que ser, efetivamente, honesta.





Jair Bolsonaro: um presidente que, de olhos “encobertos”, não percebe ou quer perceber o que está acontecendo com os brasileiros | Foto: Reprodução

Retomando o exemplo de Freud sobre a criança que pede a voz à tia e a relação deste com a pandemia, o que acontece quando não há este alguém que faça um semblante capaz de deixar tudo mais claro para a população durante a pandemia no Brasil? A resposta parece ser uma população angustiada, adoecida e na escuridão frente ao horror mais radical instaurado pela pandemia.

Um importante semblante que a população procura frente à desordem provocada pela doença em massa é o governo, por meio de seus governantes. Um cargo é um semblante que dá consistência ao Outro (conceito Lacaniano que pode ser compreendido como a Lei, a cultura ou a civilização). Um prefeito, um governador ou um presidente são semblantes, ou seja, pessoas que representam um lugar que tem como função fazer a população acreditar que existe a possibilidade de amparo, ordem, lei e proteção — mesmo que não haja. Não basta a esses terem sido eleitos, é necessário que cumpram a liturgia do cargo. Quando os semblantes começam a ruir, a desmoronar, resta para a população um confronto impossível e insuportável com o real, com a morte, ou seja, com a sensação de que os impasses gerados pelo atravessamento do real (pandemia) são tão insolúveis quanto o próprio real, restando à população apenas o mal-estar, conflitos, cólera, queixas, ódio! Por fim, o caos.

Eis o porquê do gesto público do presidente da República que dá banana para a ciência, que diz “e daí?” para as mortes, que insiste no uso da cloroquina e promove aglomerações num período de afastamento social nos convoca à análise. Há duas possibilidades de interpretação. A primeira é que, ao não cumprir a liturgia do cargo, o semblante de presidente entra em ruína pois, embora Bolsonaro seja um presidente eleito, ele não parece um presidente e, como a mulher de César, não basta ser presidente, tem que parecer presidente. A falta de um semblante de presidente deixa a população em confronto direto com a pandemia, sem filtro ou proteção, a mercê do adoecimento e da miséria.

Entretanto há uma segunda possibilidade de interpretação: de um presidente que goza do mal que faz. Ora, o semblante é uma resposta frente a exigência do Outro, frente a exigência da civilização. Considerando que presidente é um semblante, ou seja, uma possibilidade de ser e parecer presidente para o Outro. A questão que nos perturba é que ao ocupar este lugar sem exercê-lo, Bolsonaro toma pra si outros semblantes: negacionista, tirano e inconstitucional. Carl Schmitt, jurista e filósofo, considera que o campo político tem por fundamento a distinção amigo/inimigo, de tal modo que a disputa por ocupar e se manter num cargo parece incluir o ataque constante e

ilimitado a um inimigo. Para o presidente Bolsonaro, uma outra pessoa (que dele se difere explicitamente) é sempre uma ameaça, o que o leva à percepção de um mundo sempre hostil e ameaçador. Bolsonaro parece ver o Outro (civilização) como mau e, conseqüentemente, regride para ao estado mais original do sujeito, o estado paranoico, de tal modo que quanto mais amplo e disperso é o ataque que supostamente sofre (vindo de líderes mundiais, imprensa, cientistas, intelectuais e a maioria da população brasileira) faz de todo o mundo seu inimigo, com exceção, talvez, de seus filhos. Todo o restante encarna o Outro mau e ameaçador: seus ministros, a Polícia Federal, a imprensa, a ciência, as instituições, órgãos nacionais e internacionais e, até, a constituição. Não suportando as exigências do Outro, tenta tomar para si o lugar desse Outro mau, não mais seguindo a Lei, mas se fazendo Lei. Uma lei tirana e caprichosa que toma toda a população brasileira e as instituições como seus inimigos.

Renata Wirthmann é psicanalista e professora-doutora do curso de Psicologia da Universidade Federal de Catalão (UFCat).